



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681418 - RS (2021/0227092-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : LUIS CASSIO DE MELLO
ADVOGADO : LUIS CASSIO DE MELLO - RS058379
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MANOELA AZEVEDO BRAGA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MANOELA AZEVEDO BRAGA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (*Habeas Corpus* n. 5112418-48.2021.8.21.7000).

A paciente foi presa em flagrante no dia 2/6/2021 pela prática, em tese, dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, no art. 180, *caput*, do Código Penal e no art. 244, *caput*, da Lei n. 8.069/1990. A prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva, haja vista a gravidade concreta dos fatos e para interromper a atividade de suposta facção criminosa, garantindo-se, assim, a ordem pública e a aplicação da lei penal.

O impetrante sustenta a ilegalidade do encarceramento provisório por excesso de prazo na conclusão do inquérito policial.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva imposta à paciente, por inobservância do disposto no art. 51 da Lei Antidrogas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar ou, de forma alternativa, a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. INDEFERIMENTO DA LIMINAR NO WRIT ORIGINÁRIO. SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. DOMICILIAR. PAI DE CRIANÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 318, VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Nos termos expostos na decisão agravada, não se constata nos autos constrangimento ilegal patente, apto a justificar a superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal - STF.

2. Quanto ao pleito de prisão domiciliar, conforme consta

da decisão proferida pelo Tribunal de origem, sequer ficou demonstrado que o paciente seria o único guardião da criança, não estando supridas as exigências do art. 318, VI, do CPP.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 672.703/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 24/06/2021)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, sobretudo porque, conforme aduzido na decisão impetrada, *"ao contrário do que sustenta o impetrante, o caso em tela possui complexidades, uma vez que versa acerca de suposta operação de tráfico de drogas realizada por membros de forte organização criminosa, havendo a necessidade de certa cautela para a realização dos atos investigativos"* (e-STJ fl. 208).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência